

Nação e sentido histórico em *Facundo ó civilización i barbarie* e *Conflicto y Armonías de las Razas en América*

André Ferreira Mello*

Resumo

O argentino Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888) foi um dos maiores intelectuais da América Latina. Seus escritos abarcam diversos campos temáticos, desde a política, passando pela pedagogia, a literatura e a cultura, até a história. Embora constitua objeto de estudo de diversos pesquisadores, há poucas análises que abordam os fundamentos sobre os quais Sarmiento constituiu sua concepção de mudança histórica, as filosofias da história que podem ser deduzidas de textos cuja preocupação central é compreender a paisagem física e social da Argentina de seu tempo, com o objetivo de definir e orientar a ação política. Assim, este artigo visa analisar as concepções de história e como elas se relacionam com a idéia da nação em duas de suas principais obras: *Facundo ó civilización i barbarie en las pampas argentinas* (1845); e *Conflicto y Armonías de las razas en América* (1883), último trabalho de fôlego, considerado uma tentativa de revisão dos pressupostos apresentados em seu livro mais famoso.

Palavras-chave: Domingo Sarmiento; Nação; História

Abstract

The Argentinean Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888) was one of the greatest intellectuals in Latin America. His writings contemplate various subjects, from politics, pedagogy, literature and culture, to history. In spite of being an object of researches for a great number of scholars, there are few studies on the foundations of Sarmiento's conceptions of historical change, the philosophies of history that can be detached from texts whose major focus was to understand the eighteenth century Argentina's physical and social landscape, as an intent to define and set a goal to the political action. Thus, this paper aims to analyze the conceptions of history and how it is related to a certain view of the nation in two of Sarmiento's main works: *Facundo ó civilización i barbarie en las pampas argentinas* (1845); and *Conflicto y Armonías de las razas en América* (1883), the last major work, intended to be a review of the considerations presented in his most famous book.

Keywords: Domingo Sarmiento; Nation; History

Introdução

O século XIX marca o início dos processos de independência e constituição dos Estados Nacionais latino-americanos. Durante esse período, diversos intelectuais abraçaram decisivamente a tarefa de produzir reflexões acerca da nova realidade social e política, de encarar e compreender os múltiplos desafios que se apresentavam diante de um novo horizonte, ao mesmo tempo, repleto de expectativas e muitas dúvidas quanto às condições de possibilidade de sua realização.

Genericamente, tais reflexões tinham também como objetivo elaborar projetos de nação que pudessem conferir maior inteligibilidade à transição da situação de colônia para a de país politicamente emancipado. Nesse sentido, suas narrativas tiveram que lidar com o imperativo de re-estabelecer um nexos entre passado, presente e futuro de modo a definir suas nações no espaço e no tempo e, assim, designar seu lugar no conjunto mais amplo das nações modernas.

Diante deste quadro, *Facundo ó civilización i barbarie en las pampas argentinas*,¹ escrito em 1845, e *Conflicto y Armonías de las Razas en América*,² publicado em 1883, são bastante representativos deste processo de resignificação temporal, sobretudo se considerarmos que cada uma das obras supõe uma relação qualitativamente distinta quanto ao passado, o que, por sua vez, também implica numa rearticulação do nexos entre presente e futuro.

Do ponto de vista mais geral, tanto o *Facundo* quanto o *Conflicto* partem de uma preocupação comum: oferecer uma avaliação acerca das condições de possibilidade de instauração de uma República que, tanto num momento quanto no outro, ainda não foi plenamente realizada.

Ambas as obras estão ancoradas na convicção de que o desenvolvimento da humanidade se dá a partir da lógica de um progresso rumo ao gradual aperfeiçoamento e melhoria de sua condição. Seja através da lógica da *civilização e barbárie*, seja pela dos *conflictos e harmonias das raças*, a idéia do progresso está profundamente associada à idéia da república. Isto é, as duas obras postulam, através de mecanismos analíticos substancialmente distintos, uma filosofia da história que aponta para a necessidade de realização de um paradigma republicano, de uma nação cívica, como a condição de possibilidade mesma para o progresso social e político.³

No contexto mais particular da discussão que desenvolvemos aqui, a diferença fundamental entre as duas obras, separadas por um lapso de 38 anos, é o peso dado ao passado como fonte de explicação para o presente a partir do qual cada uma delas é composta. Assim, se a realização da república ainda se mantém como o *telos* necessário a ser perseguido, há,

por outro lado, um deslocamento significativo acerca da compreensão das forças históricas que impulsionariam esse movimento.

Nesse sentido, buscamos argumentar que em *Facundo* essa “força histórica” consiste predominantemente no que poderíamos chamar, na falta de expressão mais acurada, de uma “razão política modificadora”, um esforço analítico para explicar a sociedade e seus “acidentes exteriores” a partir da *política*; ao passo que em *Conflicto y Armonías* a concepção dessa “força histórica” passa a coincidir com uma visão mais aprofundada dos diferentes ritmos de desenvolvimento *de las razas*, da existência ou não de uma tradição de liberdade em sua matriz cultural, o que, por seu turno, apontaria para os obstáculos a serem enfrentados durante o processo de desenvolvimento rumo a instauração da república. Há, pois, um sensível deslocamento da perspectiva, pois aqui é a política que passa a ser explicada a partir das sociedades e de sua constituição histórica.

***Facundo*: enigma da nação como dialética da união**

Pode-se dizer que o *Facundo* é a tentativa mais sistematizada de Sarmiento no intuito de dar conta da explicação de um momento por excelência fundador: a revolução de independência das províncias do Rio da Prata sob o comando de Buenos Aires.

Numa carta de 1851 e endereçada a Valentin Alsina, por ocasião da segunda edição de *Facundo*, Sarmiento, retrospectivamente, resume assim suas motivações:

“Ensaio e revelação para mim mesmo de minhas próprias idéias, o *Facundo* padeceu dos defeitos de todo fruto da inspiração do momento, sem auxílio de documentos à mão, executado assim que foi concebido, longe do teatro dos acontecimentos e com o propósito de ação imediata e militante.” (Sarmiento, 1996: 60).

No momento em que a obra foi concebida, a Argentina encontrava-se sob o governo de Juan Manuel de Rosas, cuja política de repressão havia feito com que virtualmente todos os opositores declarados de seu regime estivessem exilados, majoritariamente no Uruguai ou no Chile, tentando reorganizar suas forças para derrocá-lo através da ação militar, e, ao mesmo tempo, movendo uma verdadeira campanha política através da imprensa no intuito de denunciar todas as mazelas sociais e políticas produzidas por sua gestão a partir de Buenos Aires. O *Facundo* é, portanto, uma obra de combate e o uso que Sarmiento faz da história está estreitamente vinculado a uma necessidade de ordem política.

Para Sarmiento, na América todas as revoluções “[...] nasceram da mesma origem, a saber, o movimento das idéias européias” (1996: 113). Na Argentina, a revolução havia implicado

num duplo movimento, que num caso como no outro, apontava para o fato inexorável da ruptura. Tratava-se da guerra das “cidades ilustradas” contra os espanhóis e, logo que a Espanha fora derrotada, constituiu-se na guerra das campanhas, lideradas pelos *caudillos*, contra as cidades, “[...] a fim de se libertarem de toda sujeição civil, e desenvolver seu caráter e ódio contra a civilização [...]” (Sarmiento, 1996: 117).

Embora a revolução fosse interessante para os dois lados em questão, havia um profundo desnível na percepção dos significados da ruptura que podem ser resumidos em duas palavras: *federação e união*.⁴ Para Sarmiento, os unitários ilustrados de Buenos Aires haviam compreendido bem o sentido da revolução ao perseguirem a liberdade por meio da instituição da ordem como condição de possibilidade para a realização do direito, das leis, da educação, do espírito público, numa palavra, da *civilização*. Mas revelaram sua falta de acuidade ao confiarem cegamente nos princípios que enunciavam, como se todo o problema pudesse ser resolvido apenas com a pronúncia de seus elevados ideais e a convocação das campanhas para aderirem ao movimento e lhe conferir maior consistência.

Para os povos das campanhas⁵ e seus líderes a revolução não podia significar senão a negação desses princípios que seriam totalmente estranhos aos seus hábitos de vida: a finalidade da revolução, desta perspectiva, se resumiria tão somente a subtrair-se a toda e qualquer autoridade; a liberdade seria a ausência de obstáculos à realização de suas “inclinações naturais”:

“Para as campanhas a revolução era um problema; subtrair-se à autoridade do rei era agradável, porquanto era subtrair-se à autoridade. A campanha pastoril não podia olhar a questão de outro ponto de vista. Liberdade, responsabilidade do poder, todas as questões que a revolução se propunha eram estranhas à sua maneira de viver, as suas necessidades” (Sarmiento, 1996: 113).

Assim, o princípio interpretativo que mobiliza as análises de Sarmiento aponta para um choque entre as idéias e a realidade: a revolução se perdera num vazio teórico, caracterizado pela fusão da anarquia com o despotismo, em que o único fato realmente consumado havia sido a ruptura provocada em 1810.⁶ A tarefa da revolução assentava-se ainda sobre a necessidade de levar a cabo um ato de pura criação: instaurada a partir da brusca negação da cultura que lhe dera origem, sem uma história a ser recuperada, ela não tinha outro horizonte a não ser criar uma república desde a raiz.

Por outro lado, é precisamente esta constatação que fez com que sua perspectiva sobre a revolução na América do Sul fosse invertida em relação à estabelecida por Tocqueville quanto

aos Estados Unidos: para o francês como para Sarmiento, a revolução norte-americana constituía um marco, uma ruptura não com um passado que deveria ser efetivamente esquecido, mas sim uma luta para manter uma tradição que teve seu início com a chegada dos primeiros colonos da Inglaterra, para se manter a igualdade civil e garantir a liberdade política (Botana, 1997: 264-266).

Para além de toda a força literária, e a despeito de apresentar a biografia do homem cujo nome lhe dá título para explicar o enigma da revolução argentina, o *Facundo* é claramente um “manifesto político” contra o governo de Rosas. É nessa medida que busca também propor uma nova ação modificadora capaz de, ao mesmo tempo, superar a ingênua estratégia dos velhos unitários e dar um sentido mais plausível para a organização sócio-política da nação. Com *Facundo*, Sarmiento demanda a necessidade de se por fim ao processo revolucionário.

Tomemos duas afirmações em momentos importantes de sua narrativa. No capítulo IV, chamado “A Revolução de 1810”, em que se concentra na discussão sobre a trajetória do movimento de independência, logo após informar ao leitor que a guerra argentina tem sido dupla, das cidades contras os espanhóis e das campanhas contras as cidades, Sarmiento afirma: “Eis aqui o enigma da revolução argentina, cujo primeiro tiro foi disparado em 1810 e o último ainda não soou” (1996: 117). E nas conclusões do último capítulo “Presente e Futuro”:

“Creio ter demonstrado que a revolução da República Argentina já está terminada e que só a existência do execrável tirano que ela gerou impede que hoje mesmo entre numa carreira ininterrupta de progressos que poderiam causar inveja imediatamente a alguns povos americanos” (Sarmiento, 1996: 328).

Em várias partes do *Facundo*, Sarmiento deixa claro que a nação marcha “[...] visivelmente para a unidade de governo que sua superfície plana, seu porto único a condenam”. O único logro de Rosas, durante as quase três décadas de regime, havia sido o de sob a bandeira do *federalismo*, ter extinguido o próprio *federalismo* e organizado “[...] em proveito seu o sistema unitário que Rivadavia queria em proveito de todos” (Sarmiento, 1996: 288 e 315).

Olhando sob o ponto de vista da necessidade de eliminação do espírito federal,⁷ *Facundo* Quiroga e Juan Manuel de Rosas constituem facetas complementares de um mesmo processo: a “providência” faz com que a república tenda para a unidade; *Facundo* Quiroga proclamando a bandeira do federalismo reúne oito províncias do interior sob o seu comando, isto é as unifica;⁸ Rosas, também proclamando o federalismo, reúne as demais províncias do litoral, e

com a morte de Quiroga fica como o dirigente *de fato* de toda “união” que começa a se esboçar no horizonte; seu governo tirano termina por reunir todos os homens de consciência contra ele próprio. Eis em termos analíticos o passado e o presente da revolução, resumidos: o movimento iniciado por Quiroga há de encontrar seu termo com a queda de Rosas. Mas esta narrativa contempla apenas uma parte do processo.

A outra parte consiste exatamente no estabelecimento de uma “razão política modificadora” que é antes de tudo negativa, antitética, e aponta, necessariamente, para o *devir*:

“O sentimento da autoridade está em todos os corações, ao mesmo tempo que a necessidade de conter a arbitrariedade dos poderes no-la inculcou Rosas profundamente com suas atrocidades. Agora não nos resta fazer senão o que ele não fez e reparar o que ele destruiu” (Sarmiento, 1996: 321).

Não se trata, contudo, de uma negação vazia, incapaz de conservar nada do que pretende superar. É preciso que seja re-estabelecido o nexos entre as três temporalidades para que a República não se perca novamente noutra espécie de vazio teórico. Este nexos é conferido exatamente pelo “dado” da *união*. É a *união*, enquanto ideal evidentemente, que garante a inteligibilidade entre passado e presente, entre 1810 e 1845, oferecendo, assim, a possibilidade de abertura da perspectiva de solução para os problemas que assolam a nação em seu presente. Dessa perspectiva, o objetivo do *Facundo* é mais ou menos análogo ao que Koselleck (2006: 56) atribuiu à *Enciclopédia*: reelaborar o passado o mais rapidamente de modo a possibilitar a inauguração de um novo futuro.

Se em *Facundo* o futuro não implica numa negação total do passado da revolução, ele aponta para um fim qualitativamente muito distinto do presente que ela produzira.

Conflicto y Armonías: a História como trajetória da liberdade

Conflicto y Armonías de las Razas en América constitui para Sarmiento seu último trabalho de grande envergadura. Segundo ele, este livro “[...] que resume meu [o seu] pensamento de hoje é a consequência do pensamento de outro livro anterior, que figura na literatura americana [...] como conteúdo de algumas belezas literárias [...]” (Sarmiento, 1978: 7).⁹

Em 1883, quando *Conflicto* foi publicado, a situação da República Argentina é bastante diferente da época em que *Facundo* veio à luz. O processo de constituição do Estado-Nacional já estava praticamente encerrado, as guerras intestinas que assolaram a nação por

mais de meio século pareciam ter ficado definitivamente para trás e de seu ponto de vista a Argentina tinha logrado a realização de alguns sucessos desde a queda de Rosas frente ao general Urquiza em 1852. Mas, para ele, a República tinha se constituído apenas em seu aspecto formal. Era, pois, necessário oferecer uma nova explicação para os persistentes problemas das instituições republicanas na Argentina, a inaptidão da população para exercer a soberania e a corrupção dos representantes eleitos (Villavicencio, 2008: 175-176).

Diferentemente de *Facundo*, que foi concebido como uma obra militante, de combate, estimada pela “[...] flor da juventude [...]”, em *Conflicto* Sarmiento busca assumir uma postura de análise científica, motivada pelos pressupostos mais objetivos possíveis. Enquanto no *Facundo*, o escritor e seu livro se confundiam no emaranhado mesmo da história, na carta enviada a Sra. Horace Mann em 24 de dezembro de 1882, que figura como o prólogo de *Conflicto*, Sarmiento informa que agora assume a perspectiva do *historiógrafo*, cujo papel é revisar a história “[...] não para corrigir seus erros, mas para restabelecer os fatos à cor da realidade que não admite adorno” (1883: 5 e 13).

É precisamente esta a questão mais importante a ser contemplada no contexto das considerações que procuramos traçar: ao estabelecer uma separação mais nitidamente conceitual entre história e política, Sarmiento percebe que os obstáculos ao desenvolvimento pleno das instituições republicanas na Argentina não eram apenas o produto acidental da distribuição da sociedade ao longo de um vasto território.¹⁰ Havia razões históricas mais profundas, que não eram particulares apenas ao seu país:

“Em ‘Civilização e Barbárie’ limitava minhas observações ao meu próprio país; mas a persistência com que reaparecem os males que acreditávamos conjurados com a adoção da Constituição federal, e a generalidade e semelhança dos fatos que ocorrem em toda a América espanhola, me fez suspeitar que a raiz do mal estivesse a uma profundidade maior que os acidentes exteriores do solo permitiam crer” (Sarmiento, 1883: 6).

Ora, é exatamente esta constatação que faz com que Sarmiento tenha de rearticular seu enfoque. Ao se dar conta de que a “a raiz do mal” jazia a uma profundidade maior do que ele antes suspeitara, os problemas de constituição política da Argentina, em particular, e da América Hispânica, em geral, teriam de ser explicados a partir de outros mecanismos que ultrapassassem os “acidentes exteriores do solo”.

Nesse sentido, o ponto de partida de *Conflicto y Armonias* se inverte em relação ao *Facundo*: não são mais os princípios e doutrinas políticas que explicam a composição social, suas potencialidades e insuficiências para o desenvolvimento da civilização; mas, sim, a

compreensão histórica destas sociedades que permite avaliar os *comos* e os *porquês* de sua constituição política, de sua proximidade ou distanciamento em relação às possibilidades de realização da liberdade, tanto civil quanto política.

Apesar das já conhecidas ressalvas com relação à composição das sociedades hispano-americanas e de todas as suas críticas à miscigenação racial característica da colonização espanhola, a história que Sarmiento conta está baseada numa sólida convicção, num postulado, evidentemente, estabelecido *a priori*, que será o fio condutor de toda a sua narrativa e pode ser resumido numa expressão: “Seremos la América” (Sarmiento, 1883: 14).

Para ele, a despeito das patentes disparidades entre as nações que ocupam o continente de um extremo ao outro, a América é uma só e tem uma missão particular na história da civilização: desenvolver as idéias de liberdade inventadas na Europa. Em seus relatos contidos em *Viajes por Europa, África i América* (1997) Sarmiento já tinha atentado para as nítidas contradições presentes nas sociedades européias, sobretudo na França, em que a riqueza e miséria conviviam lado a lado, como facetas complementares de uma mesma sociedade. A América ressurge aqui, então, como uma terra de utopia, a mais fecunda para os princípios de liberdade criados no velho mundo, representando, portanto, o futuro da república (Villavicencio, 2008: 196).

Por outro lado, se a trajetória da liberdade na América havia ganhado um impulso decisivo com a chegada dos primeiros colonos ao norte, a bordo do *Mayflower*, o princípio de sua história deveria coincidir também com o desenvolvimento da colonização hispânica. Assim, ao proclamar a unidade da América e investi-la de uma missão particular, Sarmiento desenvolveu todo um procedimento analítico, que não deixa de ser bastante tortuoso, para detectar de que modo em sua constituição cultural a Espanha havia também legado os germens da liberdade ao outro extremo da América.

Para tanto, ele teve de realizar dois movimentos: 1- pelo menos em seu sentido mais dilatado, abandonar a idéia de que havia uma divisão decisiva entre, de um lado, uma Europa protestante e, de outro, uma Europa Católica, e, assim, “unificá-la” sob a noção de uma Europa Cristã; 2- resgatar um longo passado, a fim de poder identificar também na tradição hispânica uma tradição de liberdade. Este último passo só pôde ser realizado mediante o estabelecimento de uma analogia entre o conteúdo da *Carta Magna* Inglesa de 1215 e as normas da tradição jurídica espanhola para a fundação de cidades. Tanto num caso quanto no outro, é a liberdade Romana que surge como o amálgama que garante o limiar da unidade na Europa e, por extensão na América.

Citando Guizot, Sarmiento busca expor que tanto na tradição inglesa quanto na espanhola o conteúdo da norma aponta essencialmente para a constituição do mesmo elemento, a municipalidade:

“[...] que foi a forma de sociedade de onde nasceu a República, que lhe conferiu vigor e tamanho, que nem as revoluções interiores e nem a tirania dos Césares e até a invasão dos bárbaros pôde destruir, reproduzia-se em todas as partes a que se estendeu o domínio romano.” (apud Sarmiento, 1883: 47).

E após passar diversas páginas explicitando suas analogias, afirma:

“Daríamos outras mil amostras da liberdade de que gozavam as cidades, e da autoridade de que estão revestidas as Municipalidades por direito próprio, como lhe acordava a Carta Magna na Inglaterra e o formulário de fundação das cidades na América, que vem talvez dos romanos ao tomar posse de territórios ou fundar cidades, concedendo-lhes o direito latino [...]” (Sarmiento, 1883: 55).

Por sua vez, a história da trajetória da liberdade do velho ao novo mundo comporta também uma contra-história, a da Inquisição:

“O que a Inquisição negou durante três séculos de práticas horríveis, implacáveis [...] [foi] o direito de defesa pública [...]. Este é o grande crime da Inquisição e do século que a favoreceu e inspirou [...] [ele] está em ter destruído a prática diária, e no sentimento íntimo, a noção do direito, a segurança da vida perante as leis, a consciência da justiça, os limites do poder público. O espanhol, e com mais razão os americanos do sul, nascem enervados neste atrofiamento das faculdades de governo já adquiridas pela raça humana. Não estando determinados por uma lei, ou um código dos delitos do pensamento, que não tem forma como as ações, o espanhol e o americano viviam sob a apreensão de se expor e cometer delinqüências ao pensar. Descartes, pela mesma apreensão, queimou um de seus livros inéditos, quando soube da condenação de Galileu” (Sarmiento, 1883: 70-71).

Para Sarmiento, de todos os povos que estiveram sob a ameaça da Inquisição os hispânicos foram os que mais sofreram seus efeitos: na Espanha inicialmente, e na América em seguida, a Inquisição se impunha como uma Instituição Civil, o mais preponderante e implacável de todos os poderes públicos.

Através da história da Inquisição Sarmiento busca então descortinar as peripécias do espírito de liberdade em seu trajeto da Europa para as terras hispano-americanas. Mas, deve-se pontuar que este não constitui o único momento grave desta história: primeiramente com a

Inglaterra, e em seguida com florescimento das repúblicas italianas durante o Renascimento, a liberdade havia encontrado os meios de persistir ante as trevas da tirania. A salvaguarda de toda a liberdade possível havia sido garantida nestes casos pela manutenção, ou o resgate se preferir, de valores relativos à municipalidade, este atributo que não foi totalmente perdido com a dissolução do Império Romano.

É interessante notar, neste particular, que assim como durante o chamado *quattrocento italiano* os *humanistas cívicos* recorriam à tradição romana para fundar, mesmo que miticamente, os postulados e a legitimidade da liberdade de suas Repúblicas, Sarmiento recorre a um expediente semelhante para justificar a existência de uma tradição de liberdade inicialmente comum as “duas” Europas e, por extensão, também comum a ambas as Américas.

Mas é evidente que, neste caso, a alusão à tradição romana atua muito mais como um princípio motivador da análise do que como uma finalidade que proporia a necessidade de resgate, reafirmação e/ou desenvolvimento daquela tradição. Afinal a liberdade que Sarmiento quer ver realizada não é apenas a *antiga*: a sua república, embora inspirada na idéia clássica da virtude, é também a do comércio, ela também deve realizar a liberdade dos modernos.¹¹

Considerações Finais

A diferença básica entre os argumentos contidos no *Facundo* e em *Conflicto y Armonias* pode ser resumida da seguinte forma: no primeiro o foco incide na perspectiva da *luta social* e no segundo ele foi deslocado para a *luta de raças* (Villavicencio, 2008).

A lógica da *civilização e barbárie*, ao postular o descompasso da evolução social argentina a partir de um prisma político aponta para uma visão mais ou menos circular da história na qual o progresso só poderia ser afirmado de um modo ainda um tanto quanto incerto, mais como uma convicção racional do que como um índice da experiência particular: duas sociedades representando princípios distintos de desenvolvimento histórico se enfrentam; a *barbárie* das campanhas triunfa sobre a *civilização* das cidades; Juan Manuel de Rosas surge como aquele que vai dissolver os dois princípios em luta, e, numa espécie de síntese realizar, a unidade territorial, por um lado, e, mais importante, a unidade de todos contra a tirania, por outro. Em seguida uma “nova” *civilização* deve ser erigida sobre os escombros da antiga ordem (Palti, 2009: 63 e 77).

Mas, como teve de resolver rapidamente a experiência do passado, a trama de *Facundo* fica como que presa entre a realidade presente e a possibilidade futura que, neste momento, só

pode ser vislumbrada idealmente a partir da perspectiva da união e da inversão total das práticas políticas de Rosas. Como destaca Elías Palti (2009), ao apresentar a história da nação argentina como um *enigma*, a narrativa de *Facundo* careceu do “fio condutor” que possibilitaria explicar o seu desenvolvimento de modo “linear”, progressivo, orgânico.

A lógica do *conflicto y armonías*, por sua vez, embora suponha também o conflito como um dos princípios de desenvolvimento da história, ao ser deslocada para a idéia da *luta de raças*, promove certa relativização da explicação das sociedades por meio de sua constituição política. Na verdade, o político passa a ser mais o resultado do que a causa de um longo processo de desenvolvimento histórico, cujos fatores predominantes passam, agora sim, a ser de ordem *racial*. Mas, neste particular, o *racial* está longe de denotar alguma idéia de *fixismo*, ou de um conjunto particular de inaptidões congênitas que de antemão informariam o sucesso ou o fracasso da possibilidade civilizatória. Se fosse desta maneira, de nada adiantaria prognosticar qualquer tipo de *unidade* entre ambas as Américas.

Assim, do contato entre diferentes raças (i.e. formações culturais) é de se esperar que a mais “desenvolvida” prevaleça após o conflito e no processo de “acomodação” subsequente seus principais atributos exerçam maior peso na formação social daí resultante, como parecia ser o caso da colonização na América do Norte. Por outro lado, isso não significa afirmar a existência de uma relação unilateral e unívoca, em que só se conforma ou só se é conformado, e isso fica claro quando Sarmiento analisa o processo de colonização hispânico, no qual os vetores predominantes da “acomodação” nem sempre apontam para a mesma direção e, por isso, não podem ser totalmente determinados de antemão, embora a experiência, e em alguns casos a própria narrativa, indiquem o contrário.

Nesse sentido, não parece ser o caso de estarmos diante de um determinismo simplista, como geralmente se supõe. A questão crucial é que exatamente do contato entre as diferentes raças que surge, por definição, o movimento capaz de fazer com que elas se modifiquem e, talvez, o principal problema passe a ser o de se estabelecer os meios de promover a aceleração desse ritmo de mudança, tanto quanto identificar os limites inerentes à própria mudança, aqueles que, em dado momento, constituem seus pontos de determinação: numa palavra, como articulá-la historicamente com um *sentido* previamente definido e que de certo modo transcende a própria historicidade. Desnecessário dizer que esses termos serão sempre variáveis conforme o caso que se tenha em vista, ou, dito de outro modo, conforme o processo de *conflito e harmonização* de duas ou mais raças num espaço específico.¹² Aqui, a determinação é, em última instância, informada por uma filosofia da história da qual o conflito e as harmonias das raças na América constituiu, e em 1883 ainda estava longe de

deixar de constituir, uma etapa necessária: Sarmiento não diz “somos a América”, mas sim “seremos a América”.

É desta perspectiva que ele busca explicar de um ponto de vista claramente histórico, o que não significa que tenha conseguido se tornar um historiador *stricto senso*, o rápido êxito da república na América do Norte e os seus lentos, penosos e relativos, porém significantes sucessos na América do Sul. Assim, ao contrário do que sugere Nicolas Shumway (2005: 158-159), *Conflicto y Armonías de Las Razas en América* não constitui a última – e mais frustrada – investida de Sarmiento para explicar o fracasso da república na América do Sul, mas, sim, um esforço, tão grande como tortuoso, é verdade, para afirmar sua convicção na marcha inexorável da História. Como não há mais enigma a ser resolvido, o “fio condutor” pôde ser estabelecido como um princípio, sustentado por uma convicção teleológica deduzida do conjunto da própria História que fornece as bases para a história que pretende contar.

De tudo isso, a pergunta resultante, e que não é possível responder aqui, é a seguinte: como se tornar a América?

Referências

Fontes

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Conflicto y Armonías de las Razas en América*. Buenos Aires: Imprenta de D. Tuñez, 1883. Versão digitalizada disponível em: <<http://www.proyectosarmiento.com.ar/>>. Acesso em: 25 ago. 2009.

_____. *Conflicto y Armonia de las Razas en America* (conclusiones). Cuadernos de Cultura Latinoamericana, tomo III, n. 27, 1978.

_____. *Facundo; ó, civilización i barbarie en las pampas argentinas*. 3. ed. Nova York: [s.n.], 1868. Versão digitalizada disponível em: <<http://www.proyectosarmiento.com.ar/>>. Acesso em: 25 ago. 2009.

_____. *Facundo ó civilización i barbarie en las pampas argentinas*. 4. ed. Paris: [s.n.], 1874. Versão digitalizada disponível em: <<http://www.proyectosarmiento.com.ar/>>. Acesso em: 25 ago. 2009.

_____. *Facundo: civilização e barbárie*. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *Viajes por Europa, África i América. 1845-1847*. Buenos Aires: ALLCA XX, 1997 (Edição crítica, coordenada por Javier Fernández).

Obra completa

BOTANA, Natalio. *La tradición republicana. Alberdi, Sarmiento y las ideas políticas de su tiempo*. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 1997.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, estados, provincias: Orígenes de la nación argentina*. Buenos Aires: Emecé, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto e Ed. PUC-Rio, 2006.

PALTI, Elías José. *El Momento Romántico*. Nación, historia y lenguajes políticos en la Argentina del siglo XIX. Buenos Aires: Eudeba, 2009.

TERÁN, Oscar. *Para Leer el Facundo*. Civilización y barbarie: cultura de fricción. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2007.

SHUMWAY, Nicolás. *La invención de la Argentina*. Historia de una idea. Tradução de César Aira 6. ed. Buenos Aires: Emecé, 2005.

VILLAVICENCIO, Susana. *Sarmiento y la Nación Cívica*. Ciudadanía y filosofías de la nación em Argentina. Buenos Aires: Eudeba, 2008.

Capítulo de obra

BERLIN, Isaiah. "Two Concepts of Liberty". In: _____. *Liberty*. New York: Oxford University Press, 2002, p. 166-217.

Notas

* Aluno do programa de pós-graduação em História Social das Relações Políticas, nível mestrado, da Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. E-mail: afmello@hotmail.com

¹ Para as citações de *Facundo* utilizamos a edição brasileira da Vozes, cuja excelente tradução foi realizada por Jaime A. Clasen.

² Utilizamos, neste caso, a edição disponibilizada na internet pelo *Proyecto Sarmiento*, que é dirigido por Ernesto Romano e formado pela Biblioteca Quiroga Sarmiento, a Comisión de Apoyo y Fiscalización das *Obras Completas* e o Grupo de Estudios Sarmientinos, que busca realizar a primeira edição completa e comentada da obra de Domingo F. Sarmiento, contemplando, portanto, correções e escritos que não figuram nas três edições anteriores de suas *Obras Completas*. O *Proyecto* consiste na publicação dos escritos na Internet, para uso gratuito, que serão posteriormente cedidos ao Estado Nacional para sua publicação em papel. Além dos escritos de Sarmiento, também estão disponíveis uma série de artigos sobre seu pensamento, produzidos por membros do *Proyecto*. O endereço eletrônico é <http://www.proyectosarmiento.com.ar/>.

³ Com isso não supomos que a idéia de república de Sarmiento tenha permanecido sempre mesma. Sobre isso ver *La Tradición Republicana*, de Natalio Botana (1996).

⁴ Sobre a questão do "Federalismo", bem como as disputas entre federais e unitários na Argentina ver José C. Chiaramonte, *Ciudades, provincias, estados: Orígenes de la nación argentina* (2007).

⁵ É necessário precisar alguns matizes semânticos do termo "campanha" ('campanha' em espanhol). O termo "campanha" aqui não faz referência unicamente aos espaços geralmente identificados com o campo, a planície ou o meio rural como um todo. Trata-se também de um conceito utilizado pelos intelectuais argentinos do século XIX para aludir uma forma específica de sociabilidade que emerge do conjunto de traços sociais e políticos encarados como resultante desse espaço particular. No caso específico da interpretação sarmientina da história argentina, nessa "fusão" de acepções o termo campanha, além de conservar a dimensão espacial de seu significado original, se transforma num conceito de movimento, porquanto é associado a um conjunto de práticas e representações (a "barbárie") que, após o início do processo revolucionário local, entraram em choque com aquilo que se entendia genericamente como os princípios da "civilização". Conforme o contexto de seu emprego,

a estas duas acepções pode-se agregar também uma conotação militar, já que o choque entre os princípios da civilização e da barbárie não é apenas metafórico. Para ilustrarmos melhor como a antinomia civilização-barbárie é articulada, oferecemos um quadro de oposições presentes no texto de Sarmiento (o primeiro termo indicando a civilização e o segundo a barbarie): cidade - campanha; Europa - América; modernidade - atraso; mobilidade - imobilismo; letrado - iletrado; França - Espanha/colônia; liberdade - despotismo; sociedade/governo - família/caos político; comércio/agricultura - pecuária; razão - instintos/paixões; laboriosidade - ócio; século XIX - Idade Média/século XII; espírito - matéria. Ver Oscar Terán (2007: 50).

⁶ A idéia do “vazio teórico” é de Natalio Botana (1997)

⁷ A idéia de “espírito federal” para Sarmiento remete a todo um conjunto de valores e práticas que seriam contrários ao que poderíamos chamar de “espírito cívico”: a orientação para a produção e manutenção do bem comum, o respeito às instituições e às leis, etc. De modo bem resumido, e neste caso específico, o “espírito federal” pode ser associado a uma espécie de individualismo extremo, orientado sempre para a realização de inclinações particularistas, que não conhece limites nem reconhece qualquer autoridade acima da sua própria vontade.

⁸ Jujuy, Salta, Tucumán, Catamarca, La Rioja, San Juan, Mendoza e San Luis.

⁹ Todas as traduções que seguem são de nossa autoria.

¹⁰ Em *Facundo*, Sarmiento repete um argumento de Montesquieu bastante conhecido: grandes extensões de terra, esparsamente povoadas, tendem a ser mais afeitas ao domínio de governos despóticos. Esse é um dos principais argumentos utilizados pelo autor para explicar a relação entre os imensos pampas argentinos e a emergência da barbárie.

¹¹ Sobre as diferenças entre as idéias de liberdade antiga e moderna ver, dentre outros, Isaiah Berlin: “Two Concepts of Liberty” (2002)

¹² Deve-se atentar para o fato de que a idéia de *Armonías* expressa na fórmula do título da obra não significa necessariamente a ausência de conflitos no interior da sociedade após o seu estabelecimento. Assim como na lógica da *civilização e barbárie*, na lógica do *conflicto y armonías*, embora fundada numa relação sensivelmente distinta, a idéia de processo é fundamental para que se compreenda a dinâmica da mudança decorrente.